



**Mesa de Diálogo Permanente
Catrapovos Brasil**

Breve histórico

CATRAPOA

(Comissão de Alimentos
Tradicionais dos Povos
no Amazonas)

- Visita do MPF/AM na terra indígena Yanomami.
- Ausência/insuficiência do fornecimento de alimentação escolar.
- Inadequação no contexto da alimentação tradicional.
- Dificuldade logística para escoamento da produção.
- Começo das reuniões no final do ano de 2016: 5º Ofício do MPF/AM e atores locais.



- Articulação entre instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal, da sociedade civil, movimentos e lideranças indígenas e de comunidades tradicionais.
- Mais de 40 organizações.
- Reuniões mensais com videoconferência/Pandemia: reuniões virtuais com mais de 60 pessoas.

**Nota Técnica 01/2017 –
ADAF/SFA.AM/MPF5ºOf.**

“Compra institucional de produtos de origem animal e de origem vegetal processados, que são a base da alimentação de muitos povos e comunidades tradicionais, sem os entraves da vigilância sanitária padrão, desde que nos territórios tradicionais”



Nota Técnica nº 01/2017
(MPF/AM - SFA/AM - ADAF)

Nota Técnica nº 03/2020
6ªCCR/MPF

Em síntese... o que diz a Nota Técnica Nº 3/2020 do MPF?

- A alimentação dos povos e comunidades tradicionais deve ser valorizada e respeitada pelas instituições sanitárias brasileiras por um imperativo constitucional.
- Os alimentos produzidos pelas populações tradicionais, à semelhança daqueles destinados ao consumo familiar, são dispensados de registro, inspeção e fiscalização, com base na legislação vigente.

A principal inovação...

...viabiliza a compra pública de proteínas (pequenos animais) e produtos vegetais processados (derivados da mandioca, polpa de frutas etc) diretamente do produtor indígena, próximo às escolas nas aldeias e comunidades, por considerá-las estratégias de produção, autoconsumo e de controle alimentar inseridos dentro da cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais. **Na prática o que a NT N° 3/2020 possibilita é a dispensa de registro, inspeção e fiscalização** dos alimentos produzidos nas aldeias para a comercialização às escolas.

**As Comissões Estaduais se configuram como
Construtoras de Soluções e
Mediadoras de Interesses e Conflitos**

...Que em síntese tem oportunizado o acesso a políticas públicas...”



Oficinas de Sensibilização nos municípios

- Público-alvo: povos indígenas e gestores públicos.
- Articulação entre diversas instituições da Catrapoa.
- Passo a passo para acessar o PNAE.





Oficinas de Sensibilização nos municípios

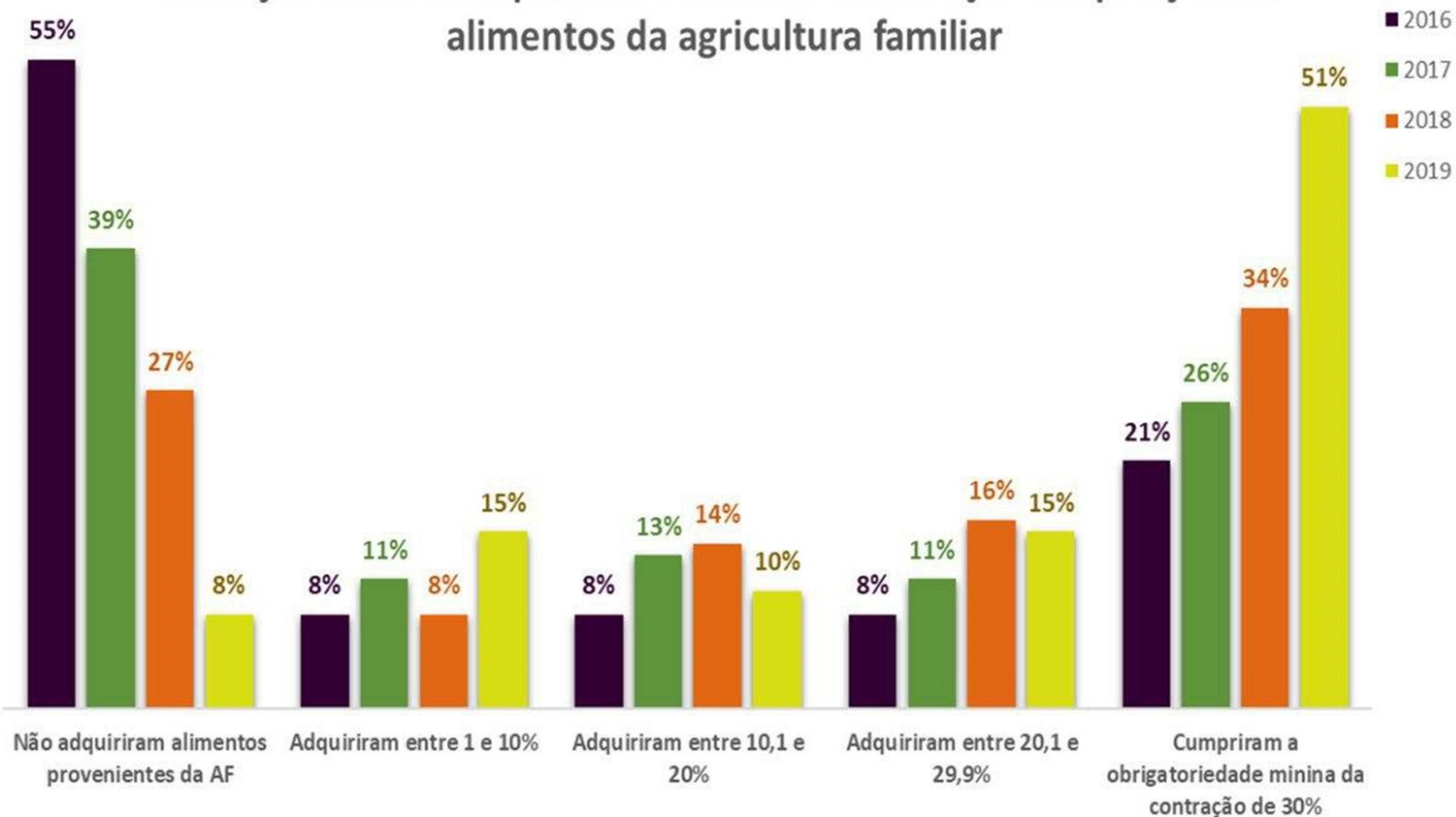


Grupos de Trabalho (GTs) e articulações em campo



Alimentos

Situação dos municípios do Amazonas em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar



RESULTADOS

CPs Municipais e Estadual* para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Resumo				
Ano	Municípios	Segmento Populacional	Participantes	Valor
2019*	15	Indígena	200	700.000,00
2019	9	Indígena e Ribeirinho	177	1.245.086,98
2020	1	Indígena	154	1.697.375,85
2021	2	Indígena	11	339.620,00
2022	8	Indígena, Ribeirinho, Quilombola e Extrativista	187	2.308.252,62
2023	6	Indígena e Ribeirinho	352	2.636.671,61
Total		4	1081	8.927.007,06

- 20 Chamadas Públicas em andamento (2023)

Contexto:

- Recomendação FT Amazonia nº 01/2019
- NTs FUNAI e ICMBio

Resultados Sociais e Econômicos

- Soberania e segurança alimentar e nutricional.
- Valorização do conhecimento e sistemas de produção tradicionais.
- Geração de renda e maior autonomia.
- Desenvolvimento da economia local.
- Maior controle social.
- Redução dos gastos públicos (logística).
- Adequação cultural e melhoria da qualidade da alimentação escolar.
- Segurança pública (evitar cooptação e assédio da criminalidade organizada aos povos).





Projeto de Lei (Senado Federal)

Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais

“Em processos de compra pública, doação simultânea e alimentação escolar, quando a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem no mesmo território, em territórios próximos com relações tradicionais ou ainda forem oriundos e destinados para os mesmos povos e comunidades, adequando-se o conceito de autoconsumo e família estendida, dispensa-se o atesto dos órgãos de vigilância animal e sanitária, aplicando-se o respeito aos métodos tradicionais de produção e consumo, bem como o pressuposto de que o encurtamento do circuito de comercialização e o manuseio tradicional diminuem o risco sanitário, ao tempo que garantem maior qualidade alimentar e nutricional”.

Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil



- Fomentar a implementação da alimentação escolar regionalizada e outros mecanismos de compras públicas adequados à cultura de povos e comunidades tradicionais nas diferentes regiões e estados do Brasil, por meio de arranjos locais
- Promover no âmbito nacional o diálogo e integração entre as instâncias governamentais e da sociedade civil relacionadas ao tema de povos e comunidades tradicionais, compras públicas e soberania e segurança alimentar e nutricional

COMO VENDER PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

GUIA SOBRE O PNAE PARA AGRICULTURA FAMILIAR



Matérias/Guias de apoio

SAÚDE: OPAS/OMS 2024

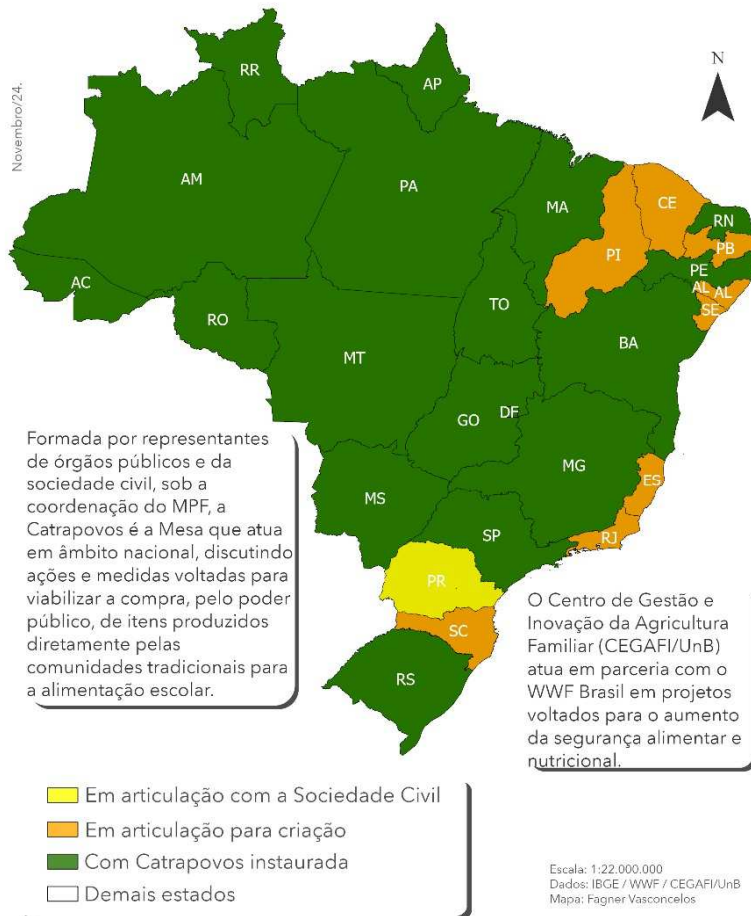
Laboratório de Inovação em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde (LIS A&N na APS)

*Comissão de Alimentos Tradicionais
dos Povos no Amazonas*

Manaus (AM)

Catrapovos Brasil

Situação da Catrapovos no Brasil



- Diálogo entre Brasil e Colômbia: exposição da Catrapovos para gestores públicos colombianos para multiplicação no país.
 - Aproximação com o projeto Territórios Vivos (Cooperação Alemã/GIZ, 6ª CCR e PGR).
- 17 Comissões criadas em 16 estados
- Pará tem uma estadual e uma regional TransXingu
- SP tem uma regional no Vale do Ribeira, a Estadual está em processo de criação
- Piauí; Alagoas; Sergipe; Ceará; Paraíba; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Santa Catarina e Paraná em processo de criação.



Projeto de Lei (Senado Federal)

Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais

Seminário Técnico para Adequação das Políticas de Compras Públicas em Prol dos PICTs. Resumo: A Catrapovos Brasil e o ÓsocioBio organizarão um Seminário Técnico nos dias 05 e 06/11 em Brasília, visando discutir a adequação das políticas de compras públicas, como o PAA e o PNAE, às especificidades dos PICTs. A iniciativa surge em resposta à NT nº 02/2024 do ÓsocioBio, que destaca a importância da organização coletiva dos PICTs e propõe soluções para o fortalecimento de suas capacidades de participação nas políticas públicas. O Seminário reunirá redes representativas de PICTs, MDA, MDS, MMA, ICMBio, MS, FNDE, Funai, Conab, além da AGU, TCU, 6ª CCR/MPF/BSB, Andifes e Forças Armadas para elaborar propostas concretas que desburocratizem o acesso das comunidades a esses programas, respeitando, sobretudo, seus modos de vida e organização coletiva. A participação da Catrapovos Brasil será fundamental para equilibrar/mediar as discussões entre sociedade civil, governo e órgãos de controle.